



» Entrevista | VITALINO CANAS | PRESIDENTE DO FÓRUM DE INTEGRAÇÃO BRASIL EUROPA

Jurista português defende regulação equilibrada das plataformas digitais, alerta para os riscos da IA e afirma que as democracias sairão transformadas pela revolução tecnológica

O direito demora a reagir às grandes transformações

» ANA MARIA CAMPOS
» ENVIADA ESPECIAL

Divulgação/Líbia Florentino/FIBE

Lisboa — Em meio aos debates do XIV Fórum de Lisboa sobre tecnologia e soberania, o jurista português Vitalino Canas analisa o avanço da inteligência artificial, os riscos de manipulação nas redes sociais e a necessidade de regulação das grandes plataformas.

Na entrevista, Canas, presidente do Fórum de Integração Brasil Europa e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, defende um modelo equilibrado de regulação, alerta para a importância da educação crítica diante da IA e avalia os impactos dessas transformações sobre o direito e as democracias contemporâneas.

Durante três dias, nos debates no XIV Fórum de Lisboa, muito se falou sobre manipulação e até lavagem cerebral dos usuários das redes sociais pelas grandes plataformas digitais. Como o senhor enxerga a evolução desse fenômeno?

Penso que uma das atuais dificuldades é que sabemos que essa situação existe, mas não conseguimos ainda diagnosticar exatamente as suas causas. Quando conseguirmos, estou seguro que as autoridades, os cidadãos e os próprios titulares das plataformas digitais conseguirão encontrar uma resposta.

O que o futuro nos reserva?

Acho, sinceramente, que, se fomos capazes de inventar a IA e se somos capazes de fazê-la progredir rapidamente, saberemos utilizá-la para encontrar os antídotos necessários.

Os ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, referiram-se a uma necessidade urgente de regulamentação das big techs e das redes sociais. O



Se fomos capazes de inventar a IA e se somos capazes de fazê-la progredir rapidamente, saberemos utilizá-la para encontrar os antídotos necessários"

senhor concorda com esse ponto de vista?

Sim, concordo. Como jurista, quando falo de antídotos tenho de colocar na primeira linha o próprio direito. Há vários modelos de regulação, um que coloca todo o peso no Estado e no controle do Estado; outro que tende a liberalizar, e um intermédio que procura fazer o equilíbrio entre a liberdade de expressão e de iniciativa econômica e todas as demais liberdades. Eu prefiro esse.

Como evitar que a humanidade se torne escrava e sirva, termo usado pelo ministro Gilmar, da inteligência artificial?

Temos de garantir que, se correremos à IA (e já há uma corrente forte, como se viu pela Encíclica do papa Leão XIV, que preconiza a autorrestrrição no seu desenvolvimento e uso), o fazemos mantendo sempre o controle. A nossa capacidade crítica tem de ser aperfeiçoada, e isso deve começar desde os primeiros momentos da escola.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, prometeu levar à votação o marco legal da IA. Que regras, na sua avaliação, precisam constar dessa legislação no Brasil?

Creio que o Brasil está, como a Europa, no bom caminho ao aderir a um modelo equilibrado que, por um lado, procura evitar a manipulação dos conteúdos e das mentes, mas que, por outro, permite que as plataformas digitais e a IA sejam um meio de explorar e magnificar o que a humanidade tem de melhor, facilitar as nossas vidas, aumentar o conhecimento e a participação política.

O ministro Alexandre de Moraes defendeu uma espécie de pacto dos países democráticos, como ocorreu no pós-guerra, para conter essa manipulação provocada pelos algoritmos. O

senhor concorda com isso? Acha possível?

Acho importante, mas muito difícil. Acredito em pequenos passos, com iniciativas de Estados e regiões líderes. Acredito bastante, por exemplo, num entendimento entre o Brasil e a União Europeia, que, creio, pensam da mesma forma sobre essas matérias.

A revolução da inteligência artificial está transformando a economia, a política e a comunicação. O direito tem conseguido acompanhar a velocidade dessas mudanças?

Não tem conseguido, mas isso é natural. O direito normalmente reage tarde (e, às vezes, mal) aos novos fenômenos e às transformações sociais, tecnológicas e políticas. O direito é, por natureza, conservador. Mas acredito que começa a formar-se uma massa crítica de investigadores e pensadores que vão alterar isso.

O senhor acredita que as democracias sairão desse processo mais fortes ou mais vulneráveis?

É difícil dizer, por enquanto. Mas sairão certamente diferentes, com formas de funcionamento distintas do que conhecemos hoje.

Quem deve estabelecer os limites para o uso da inteligência artificial: os governos nacionais, organismos internacionais ou as próprias empresas de tecnologia?

É impossível encontrar uma solução sem governos e empresas de tecnologia. Nas condições atuais, são eles que devem assumir responsabilidade. Para preparar instituições internacionais que possam ter um papel determinante ou relevante, necessitamos de algum tempo, até porque o direito internacional e a governança global estão em relativa crise. Não podemos esperar por elas.

INFRAESTRUTURA

Ponte desaba no Acre e deixa quatro feridos

» FERNANDA STRICKLAND

Dois anos e meio após a inauguração, a ponte Frei Paolino Baldassari, em Sena Madureira, no Acre, desabou no início da noite de sexta-feira, deixando quatro pessoas feridas. A estrutura já havia sido interditada na véspera após a identificação de problemas que indicavam risco de colapso, levantando questionamentos sobre a segurança e a durabilidade da obra entregue em dezembro de 2023.

De acordo com o governo do estado, Antônio Moraes Lima Filho, de 36 anos, está em estado gravíssimo após sofrer uma fratura no fêmur. Outro homem resgatado, Edinaldo Muniz, de 54 anos, está em estado grave, com traumatismo craniano e traumas abdominal e renal. Ambos foram transferidos para Rio Branco.

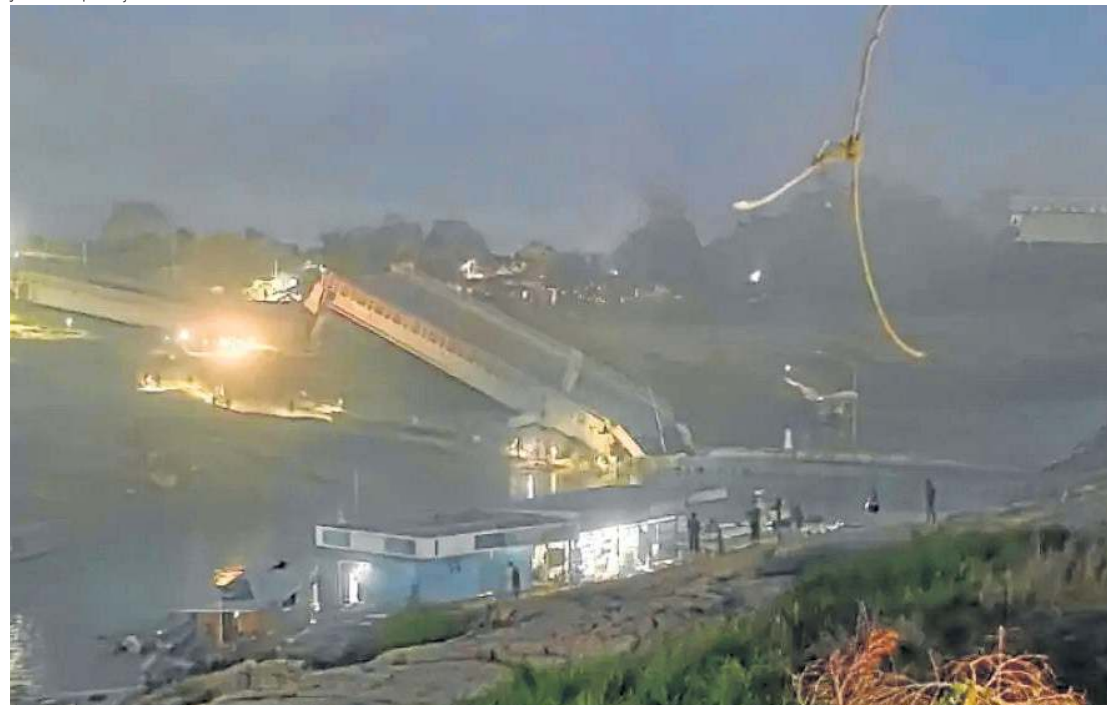
Os outros dois feridos apresentam quadro estável. Edneir Muniz, de 51 anos, sofreu uma fratura decorrente do impacto, enquanto Werverton Murieta, de 34 anos, teve escoriações e ferimentos leves.

Edinaldo Muniz, gravava um vídeo para as redes sociais no momento em que a ponte desabou. Nas imagens, ele criticava o governo pelos problemas estruturais da obra e questionava o investimento realizado na construção, que levou pouco mais de dois anos para ser concluída. "Temos aqui um equipamento público que custou R\$ 36 milhões e agora está fechado, gerando prejuízo", disse, pouco antes do desmoronamento.

Ele afirmou que as pilstras já haviam se deslocado. "Essas duas pilstras cederam. Dá para ver uma descida, como se a pilstra aqui estivesse afundando. A ponte está interditada, ninguém pode passar, nem pedestre."

Muniz comparou o caso ao desabamento da ponte sobre o Rio Caeté, que deixou várias vítimas. "Aqui, felizmente, isso não aconteceu. A ponte foi interditada antes, mas isso precisa ser enfrentado. O governo do Acre precisa dar uma explicação ao povo do Acre sobre o que está acontecendo aqui", cobrou.

janelão/Reprodução



A ponte, inaugurada em 2023 ao custo de R\$ 36 milhões, desabou dois anos e meio após a entrega

Segundo o governo estadual, a ponte estava sendo monitorada por equipes técnicas, que realizavam avaliações estruturais. A governadora Mailza Assis (PP) afirmou que vai "apurar as circunstâncias do ocorrido, identificar possíveis irregularidades e adotar todas as providências cabíveis".

"Já acionamos a empresa responsável, que está enviando técnicos para nos dar um posicionamento sobre o que realmente ocorreu. Serão realizadas perícias para verificar as possíveis causas", informou.

Inaugurada em dezembro de 2023, a ponte sobre o Rio Iaco

custou R\$ 36 milhões, tinha 232 metros de extensão e foi executada pela Construtora Cidade em menos de dois anos. À época, o governo do Acre afirmou que a obra garantiria uma ligação segura entre comunidades antes isoladas.

Responsabilidade

O governo do Acre atribuiu à Construtora Cidade a responsabilidade pelo desabamento, ressaltando que a obra foi contratada na modalidade integrada, ficando a empresa responsável por todas as etapas do projeto, bem como pelas decisões técnicas que definiram a construção.

A estrutura estava interditada desde quinta-feira, e as quatro pessoas ultrapassaram o bloqueio. O governo aponta como possível causa do desabamento a erosão das margens do Rio Iaco, fenômeno recorrente na região.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) informou que adotará medidas judiciais, incluindo pedido de tutela antecipada para obrigar a empresa a reparar, reconstruir ou apresentar outra solução para a travessia, sem custos ao poder público, além de garantir assistência aos feridos.

"O Estado acompanha de perto os desdobramentos do ocorrido, presta solidariedade às famílias afetadas e assegura que todas as providências administrativas e judiciais serão tomadas para responsabilizar os culpados e restabelecer a mobilidade da população do Segundo Distrito de Sena Madureira, com rapidez e observância das responsabilidades jurídicas das partes envolvidas", diz o comunicado oficial.